

## MECANISMOS DE GÊNERO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: MAPEAMENTO E AÇÕES DESENVOLVIDAS

Tayná Balmira Gaglietti<sup>1</sup>, Neiva Furlin<sup>2</sup>

1. Discente do curso de graduação em Direito, Unoesc, Joaçaba, SC

2. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Unoesc, Joaçaba, SC

**Autor correspondente:** Tayná Balmira Gaglietti, taynagagli@hotmail.com

**Área:** Ciências da Educação

**Introdução:** A violência, a discriminação e a desigualdade de gênero é um fenômeno que atinge diferentes grupos e cenários sociais e as universidades, apesar de serem locais da construção do conhecimento e do pensamento crítico, não têm ficado imune a este fenômeno, em cujo ambiente se refletem as estruturas da cultura machista e patriarcal da sociedade. Isso requer iniciativas ou políticas institucionais que façam o enfrentamento da discriminação, da violência e promovam mudanças socioculturais, pautadas na igualdade e equidade de gênero.

**Objetivo:** Assim, a pesquisa visa mapear os mecanismos institucionais (comitês, secretarias, núcleos) criados em Universidades Federais brasileiras para o enfrentamento de processos de discriminação e de violência de gênero, analisando a contribuição destes para a defesa dos direitos das mulheres e promoção de uma cultura de equidade e justiça social. **Método:** É uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório e analítico. O campo de estudo são as Universidades Federais do Brasil e a coleta de dados foi realizada por meio de diferentes estratégias como: sites de busca, utilizando-se de descritores sobre o tema, consulta aos sites das instituições acadêmicas, envio de e-mails e questionário à gestores estratégicos. **Resultados:** Os resultados mostram que das 69 Universidades Federais do Brasil, 40 possuem algum mecanismo de gênero. Foram mapeados 51 mecanismos, sendo que em algumas Universidades encontrou-se mais de um. Destes, somente 22 possuem ações específicas para o enfrentamento a violência. Verificou-se que 56,86% dos mecanismos estão vinculados à Reitoria ou Pró-reitorias das instituições, o que evidencia o compromisso da gestão no enfrentamento da discriminação, desigualdades e violência de gênero. E cerca de 15,68% possuem outros vínculos, como a Coordenação do Curso de Direito e Serviço Social. Em geral, as principais iniciativas dos mecanismos são ações afirmativas para igualdade, inclusão e equidade de gênero e, em segundo lugar, ações voltadas para a prevenção das violências, como formação e elaboração de cartilhas. Os dados evidenciam que poucos mecanismos institucionais desenvolvem ações de encaminhamento das denúncias de violências e de discriminação contra mulheres e pessoas LGBTQIA+.

**Conclusão:** Conclui-se que as Universidades Federais têm iniciativas significativas para fazer o enfrentamento dos processos de discriminação e de violências que ocorrem no seu interior. Contudo, são ainda reduzidas e muito recentes. Há uma preocupação maior com políticas afirmativas. De um modo geral, é possível afirmar que são iniciativas incipientes apesar da significativa evolução da legislação e das exigências dos organismos internacionais.

**Palavras-chave:** Universidades Federais; Mecanismos institucionais; Violência; Igualdade de gênero.

**Agradecimentos:** A autora Tayná Balmira Gaglietti agradece ao Programa de Bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina (UNIEDU) pela concessão de bolsa de iniciação científica vinculada ao artigo 171/FUMDES.